

Mandato deverá ser definido na quinta



Luís Eduardo (E) e José Lourenço (D) esperam votar por cinco anos na quinta-feira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO
Na previsão do líder e do vice-líder do PFL, deputados José Lourenço e Luiz Eduardo Magalhães, a votação da duração do mandato do presidente Sarney deverá ser realizada quinta-feira na Constituinte, integrando o capítulo das Disposições Transitórias, com a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB). A emenda marca as eleições presidenciais para 15 de novembro de 1990, sem estabelecer a data da posse dos eleitos.

cia à duração do mandato. Se rejeitado o substitutivo do Centrão, será votado o texto da Comissão de Sistematização, que aprovou mandato de quatro anos para Sarney. Os líderes do governo e do PFL na Câmara, Carlos Sant'Anna e José Lourenço e no Senado, Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha estão atuando intensamente com o objetivo de garantir pelo menos 280 votos (maioria absoluta) ao texto básico do Centrão. Garantem que estão conquistando votos da facção centro-esquerda, sem compromisso de apoiar a emenda Iensen.

theus Iensen, de eleições presidenciais diretas em 89. Alguns parlamentares do PMDB, entre os quais Maurílio Ferreira Lima (PE) acham que a liderança governista, depois de aprovado o texto básico do Centrão, poderá realizar manobra de esvaziamento no plenário, para evitar, no mesmo dia ou dia seguinte, que a Constituinte vote a emenda Iensen. O objetivo seria o de garantir o mandato presidencial de cinco anos aprovado na norma permanente ou forçar a negociação para a coincidência de eleições municipais com as presidenciais, no próximo ano. O deputado pernambucano defende a coincidência em abril (1º turno) e maio (2º turno), proposta que consta da emenda Saulo Queiroz (PMDB-MT).

Antes disso, possivelmente na quarta-feira, será submetido a votação o texto básico do Centrão, abordando todo o capítulo das Disposições Transitórias, mas sem referên-

Votado o capítulo das disposições transitórias globalmente na quarta-feira, haverá condições de, no dia seguinte, votar a emenda Ma-

Sarney dá universidade em troca dos 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO
Mais uma denúncia de compra de voto de constituinte para garantir a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney: o deputado Geovani Borges (PFL-AP) conseguiu do presidente da República a promessa de criação de uma fundação universitária no Amapá, segundo informaram ontem deputados da bancada. Geovani Borges contratou o grupo RPM para puxar uma grande passeata em Macapá, na terça-feira, para comemorar o envio ao Congresso do projeto de lei do Executivo criando a fundação universitária, uma das maiores bandeiras de suas

campanhas eleitorais. Ele explicou aos companheiros de bancada que não poderia votar contra o governo na Constituinte, para não jogar fora a única oportunidade que teria de cumprir aquela promessa.

do território, já que a universidade será paga.

Depois de ter votado com a liderança do governo todas as questões polêmicas da Constituinte, como a reforma agrária, a ordem econômica, o mandato dos futuros presidentes e a manutenção do sistema presidencialista, Geovani Borges finalmente conseguiu concretizar seu antigo sonho e vai instalar uma fundação universitária no Amapá. A notícia, contudo, segundo os deputados da bancada, só alegrará os filhos da elite e da classe média alta

“Apesar da demagogia que ele sempre fez nas campanhas, prometendo acesso da população à universidade, sem precisar mais recorrer à Universidade de Belém, só poderá frequentar essa fundação parcela muito pequena da população, já que a maioria não tem recursos para pagar seus estudos”, disse um constituinte.

Geovani Borges, 35 anos, cumpre o seu segundo mandato. Foi vereador de 77 a 83, elegendo-se deputado federal pela extinta Arena. Em 83, reelegueu-se pelo PDS e passou para o PFL na campanha presidencial de 86.

A sinfonia inacabável

GERALDO FORBES

O grande drama que tem ocupado todas as parcas inteligências do Planalto e dízimado, por conta, as nossas poucas riquezas está aparentemente em vias de ser resolvido, com a votação do maldito mandato do sr. José Sarney.

A grande maioria dos analistas prevê a vitória dos cinco anos e talvez esta coluna já esteja velha, no momento mesmo de sua publicação. Pode também ser que seja inútil ainda querer discutir o assunto nas vésperas de sua aparente resolução, mas precisamos tirar as lições deste episódio e daí imaginar o que nos aguarda à frente.

A vitória do clientelismo e do governo não significa necessariamente sua superioridade sobre a ideia da transição para uma democracia representativa. Mostra apenas a força dos hábitos deletérios que asseguram nossa condição de subdesenvolvidos e a fragilidade da chamada sociedade civil, desassistida de partidos e representantes, para a implementação de sua vontade. A predominância episódica da corrupção política não implica, entretanto, abandonar-se a ideia de democracia.

(Há tomadas de opinião que indicam até 90% de eleitores favoráveis ao pronto encerramento do período Sarney. As previsões dos líderes e dos analistas indicam que cerca de 55% dos constituintes votarão pela prorrogação. A quebra do vínculo da representação popular fica então evidente e o que isto significa para o futuro do País é que deve agora ser analisado).

A estas alturas, já estamos todos certos de que o fim do regime militar explícito não implicou na abolição da tutela da sociedade, nem na renovação dos quadros políticos. A constatação dessa verdade pode até ser desanimadora, mas não é o fim do mundo. Fim do mundo será a abdicção da crença no processo democrático, como fizemos há um quarto de século. Fim do mundo virá da desistência da ideia de emancipação e representação e resultará da submissão aos ditames de uma casta incrustada no poder.

(Erro fatal será fazer como o governador Moreira Franco, que declarou aderir aos cinco anos, uma vez convicto da derrota dos quatro anos. Santa desfaçatez. Lin-

da convicção. Um claríssimo exemplo do espírito que anima o político brasileiro e por decorrência suja os negócios públicos).

A oposição a Sarney e à prorrogação de sua permanência não é uma questão partidária ou pessoal. É certo que sua administração, para piorar ainda mais, tem sido incompetente e rufosa. É certo que a corrupção nem é mais apenas uma erva daninha, mas a mancha que vicia e entorpece os políticos. O motivo central da oposição a Sarney, porém, nem são estes.

A oposição a ele e ao grupo no poder deriva, antes de tudo, da oposição a métodos políticos ultrapassados, mantidos vivos ao longo de vinte e cinco anos, pelo mesmo regime militar que se propôs a extirpá-los. A oposição a eles decorre da ideia de um Brasil melhor. Por isto a oposição à extensão do prazo de um mandato fictício não é um capricho. É a manifestação da vontade de se recuperar o tempo perdido e a certeza de que a concessão de mais tempo ao atraso só pode, evidentemente, nos atrasar ainda mais.

Isto vai contra o desejo predominante entre os políticos brasileiros no poder e contra a arraigada aversão dos militares ao processo eleitoral. Aqueles por cálculo interesseiro, estes por um desvio cultural, sempre acham eleições inconvenientes e sempre abusam de sua representação e função para impor à sociedade o que imaginam ser o melhor para ela. Ou o que é melhor para eles. O último quarto de século prova à farta como isto pode ser ruinoso.

Entretanto, na ausência de crítica e de autocrítica eles não cedem. Ainda agora um despota pouco esclarecido como o sr. Ernesto Geisel volta a defender a lentidão no processo de volta à democracia, com o apoio de todos os civis no poder, a começar do notório sr. Antonio Carlos Magalhães e do espartilhado José Sarney.

Votos, esses senhores têm poucos. Instrumentos de poder, muitos. É assim que se conta a história dessa prorrogação. História inacabada, cujos próximos capítulos podem ter desdobramentos sinistros. O autoritarismo, aliado ao clientelismo e à corrupção, continua firme no poder. Não quer hoje

e não vai querer entregá-lo também daqui a um ano. O grande drama portanto não se encerra esta semana. Continua.

O voto dos constituintes é um voto pelo retrocesso. O futuro já é previsível. Vista-se ele de Jânio, de Quêrcia, de Sarney ou de general o atraso está no nosso horizonte.

Certamente não será a rendição que afastará essa sombra que encobre o sol do progresso. Só a oposição sem tréguas e a conquista da população passiva, pela ação política consciente, podem evitar o eclipse total.

É a tarefa que temos à frente.

Nesta linha de pensamento nenhuma notícia é melhor que a da fundação de um novo partido, de base paulista e ramificação nacional, com programa de reformas bem definido.

O PMDB, o simulacro de partido que é o atual PMDB, está corrompido além da possibilidade de cura, pelo inchaço de seus quadros e o predomínio da corrente fisiológica antiideológica e governista. O PMDB é a Arena. Talvez seja mesmo pior do que foi a Arena, pois tem mais poder sobre o Poder. E dele se serve mais desabergonhadamente.

O que se chamou MDB não existe mais. É inútil achar que a convenção-disfarce de agosto mudará alguma coisa. É sonhador pensar que sua parcela não-fisiológica poderá reganhar o controle. A comparação do senador Severo Gomes com as vicissitudes do Partido Socialista francês não é cabível. O PMDB é um caso perdido. E a maioria silenciosa não tem mais em quem votar.

O novo partido desempenhará papel vital na modernização da vida política brasileira. Espera-se por isto que seus membros abandonem os slogans dos anos 50 e reconhecem os equívocos da demagogia e do lirismo na economia. Espera-se que não tenham mais medo de se opor aos acordos de ocasião com a autocracia de sempre. Espera-se que se comprometam com a fidelidade na representação política e com a verdade da proporção na representação eleitoral. Espera-se que se ponham a trabalhar com urgência.

Geraldo Forbes é advogado e consultor de empresas.

Covas não diz se fica ou se sai

SÍLVIA CAETANO

O desligamento do senador Mário Covas do PMDB é considerado iminente pela maioria dos parlamentares na Constituinte, mas será difícil alguém arrancar dele uma declaração oficial sobre o assunto antes do prazo por ele mesmo fixado, o qual não revela. Assim, não é possível prever se isso ocorrerá depois da votação do mandato do presidente Sarney, talvez no decorrer da semana, depois do primeiro turno da Constituinte, ou depois do encerramento dos seus trabalhos. Há quem aposte, por exemplo, que ele somente sairá do partido depois da convenção nacional, marcada para o início de agosto. Mas não falta quem aposte na sua permanência enquanto não tiver de enfrentar uma situação politicamente intolerável, que não admite ter acontecido.

Com frequência, os meios de comunicação anunciam que o senador paulista se afastará da liderança se a Constituinte aprovar o mandato de cinco anos para Sarney, o que considera uma quebra de compromisso por parte de sua legenda. Quase diariamente são divulgadas informações sobre sua próxima adesão ao partido em formação pelos dissidentes do PMDB e do PFL, mas Mário Covas continua mudo. “Não falo sobre isso porque não quero. E pronto”, costuma responder, irritado, quando abordado pela imprensa com indagações sobre seu futuro político.

ASCENSÃO E ISOLAMENTO

Eleito líder da bancada na Constituinte com apoio das esquerdas e da direita, que se juntaram para derrotar o candidato do deputado Ulysses Guimarães, o então líder na Câmara, Luiz Henrique, o senador de São Paulo foi sofrendo desgastes ao longo dos trabalhos constituintes. Sua estrela brilhou até a Comissão de Sistematização, composta segundo critérios de identidade com as teses históricas do

partido. Encerrada essa fase de votação, que consagrou a vitória dos progressistas, o senador Mário Covas passou a ser abertamente contestado pelos conservadores, que se organizaram em bloco, “o Centrão”, para modificar o anteprojeto aprovado pela Sistematização.

A partir de então, o líder peemedebista foi sofrendo revesses. Derrotado na votação do projeto do Centrão que alterou o regimento interno da Constituinte para permitir a revisão do anteprojeto de Carta, Mário Covas passou a ser obrigado a negociar com o grupo, o que implicou recuos. Mas nem isso ele quer admitir no momento, preferindo lembrar que, mesmo quando derrotado nas votações, teve sempre a seu lado a maioria da bancada, citando, a propósito, os 161 peemedebistas que votaram contra a emenda da reforma agrária do Centrão, que teve o apoio de cem outros parlamentares.

Simultaneamente com esse processo de esvaziamento na Constituinte, o parlamentar sofreu isolamento no âmbito do partido, que foi se aproximando mais e mais do governo federal. Reiteradas vezes ele tentou a discussão interna como instrumento para a retomada dos caminhos originais da legenda, mas sempre sem sucesso, boicotado pela direção nacional. Assim, foram atropeladas todas as tentativas de convocação da convenção nacional com esse objetivo, até à votação que consagrou o mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República.

A partir desse episódio, a dissidência do PMDB começou a abandonar o partido. Muitos já saíram e 42 outros peemedebistas subscreveram o documento de formação da nova legenda, todos com certeza de contar com a adesão do senador Mário Covas, que teria assumido o compromisso de a ela se filiar. Mário Covas não participou da reunião dos dissidentes, quarta-feira passada, no Hotel Nacional, mas teria enviado emissário com sua promessa

de aderir, o que ele se nega a confirmar no momento.

POSIÇÃO IMUTÁVEL

Diante de qualquer pergunta sobre seus planos depois da aprovação dos cinco anos de mandato, o que também não admite como definido, o senador de São Paulo antecipa que “do ponto de vista dos compromissos do partido uma decisão nesse sentido não muda nada, embora possa alterar as expectativas do País”. A frase é genérica e não exprime o que pensa fazer depois da votação da questão. Tanto pode significar que responderá a quebra de compromisso com seu desligamento do partido, como a disposição de continuar lutando internamente por seu cumprimento.

“Sou e sempre fui a favor do mandato de quatro anos e é evidente que a aprovação dos cinco anos representará uma falta de sintonia minha com a bancada, mas em qualquer caso não mudarei minha forma de agir”, acentua, na concessão máxima à pergunta sobre o que fará se derrotado nessa votação. Ele admite não saber se a falta de sintonia forçará sua saída da liderança, mas, se isso não acontecer, garante continuar empenhado em favor das teses históricas do partido.

Mário Covas antecipa que não adotará nenhuma providência para manter os secretários de Abastecimento e dos Negócios Metropolitanos, por ele indicados para o governo Quêrcia. Lembra que os cargos pertencem ao governador, que fará deles o que desejar, sem interferência de sua parte. Adverte, porém, que espera não ser chamado de “traidor” por Quêrcia, como aconteceu com o senador Fernando Henrique Cardoso, acusado também de quinta-coluna.

“Até agora tem havido muito respeito em nosso relacionamento mútuo. Portanto, espero não ser forçado a um tipo de resposta que ultrapasse os limites aceitáveis na convivência política.” (Brasília/Agência Estado)



Covas está frequentemente de mau humor e uma de suas vítimas agora é Ulysses

O afável senador anda nervoso

Do afável e bem-humorado senador Mário Covas, que chegou à Constituinte inebrado pelo voto de quase oito milhões de paulistas e conquistou a liderança da bancada contra a vontade do centralizador Ulysses Guimarães, existem apenas sinais, nos seus raros momentos de descontração. Hoje, o senador de São Paulo é a imagem da tensão, do nervosismo e da falta de fairplay.

Cenho fechado, passo apressado, o senador paulista já não se mostra disponível para conversas com a imprensa e chega a responder irritado

quando se indaga sobre o seu futuro político.

No momento, Mário Covas não esconde sua irritação. No plenário da Constituinte sempre sentado na primeira fila, ao lado do microfone de apertes, costuma murmurar pequenas e impúblicas expressões quando contrariado por decisões regimentais do presidente Ulysses Guimarães. Na terça-feira, por exemplo, explodiu num protesto veemente quando o deputado tentou apressar os trabalhos da Constituinte para garantir a votação do mandato do presidente Sarney a tempo de ele viajar para

Washington. Cobrado por Covas, que denunciou a ingerência do presidente, Ulysses não viu outro jeito senão recuar e cancelar a sessão que convocara para a manhã seguinte.

Um dos seus amigos garante que seu atual estado de ânimo decorre em grande parte de problemas de relacionamento com Ulysses Guimarães, que boicota suas articulações no plenário sempre que o regimento permite ou a situação política garante. Mas ele não se dá por vencido, ou acuado, reagindo no seu limitado espaço — nem sempre com sucesso, é fato, mas sem capitular por antecipação.

Dornelles prevê o fim da intermediação

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) afirmou ontem, em Belo Horizonte, que o novo sistema tributário aprovado pela Constituinte vai acabar com os intermediadores de verbas públicas no País, na medida em que estabelecerá, de forma clara, o quanto caberá à União, aos Estados e municípios. “A União, com essa nova sistemática, terá uma perda de poder político e não uma redução de seus recursos. Ou seja, a União não poderá mais fazer uma distribuição discricionária dos recursos”. Segundo o deputado, o texto do novo sistema tributário, no entanto, ainda não é “perfeito”, e serão necessárias mais de 30 emendas supressivas para melhorá-lo.